



¡Ni un paso atrás!: a resistência do movimento feminista argentino às investidas antiaberto do governo Milei

¡Ni un paso atrás!: the resistance of the argentine feminist movement to the anti-abortion offensive of the Milei government

¡Ni un paso atrás!: la resistencia del movimiento feminista argentino frente a las ofensivas antiaberto del gobierno de Milei

Juliana Aguilera-Lobo
Universidade Estadual de Campinas – Unicamp
E-mail: j.aguileralobo@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-5538-8951>

Isabella Fernandes Moreira Fontaniello
Universidade Estadual de Campinas – Unicamp
E-mail: ifontaniellof@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3255-3892>

Resumo

Este artigo examina a resposta feminista às investidas antiaberto de Javier Milei e da coalizão *La Libertad Avanza* (LLA). Propomos mapear os ataques promovidos por Milei e pela LLA às políticas de acesso ao aborto, abrangendo o período da campanha eleitoral até o primeiro trimestre de 2025. Além disso, analisamos as estratégias de organização e ação coletiva adotadas nas ruas e nas redes sociais, compreendendo-as como instrumentos de disputa simbólica e mobilização. Para realizar este estudo, utilizamos projetos de lei, normas técnicas, declarações públicas, entrevistas e postagens em redes sociais do campo mileísta, de feministas de destaque e da Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito. Também integramos ao nosso corpus de análise a cobertura fotográfica dos protestos sob o mote “*¡Ni Un Paso Atrás!*”. Os dados foram analisados por meio da técnica de *process tracing*, que possibilita rastrear e identificar os “mecanismos causais que conectam causas e efeitos”. Com isso, buscamos compreender como as ações da coalizão LLA afetam o acesso ao aborto e de que forma o movimento feminista organiza sua resistência diante dessa ofensiva conservadora.

Palavras-chave: aborto; Argentina; movimento feminista; Milei.

Resumen

Este artículo examina la respuesta feminista a los ataques antiaberto de Javier Milei y la coalición *La Libertad Avanza* (LLA). Proponemos mapear los ataques promovidos por Milei y la LLA a las políticas de acceso al aborto, cubriendo el período de la campaña electoral hasta el primer trimestre de 2025. Además, analizamos las estrategias de organización y acción colectiva adoptadas en las calles y en las redes sociales, entendiéndolas como instrumentos de disputa y movilización simbólica. Para llevar a cabo este estudio, utilizamos proyectos de ley, normas técnicas, declaraciones públicas, entrevistas y publicaciones en redes sociales del campo de Milei, de feministas destacadas y de la Campaña Nacional por el Derecho al Aborto Legal, Seguro y Gratuito. También hemos integrado en nuestro corpus de análisis la cobertura fotográfica de las protestas bajo el lema “*¡Ni Un Paso Atrás!*”. Los datos se



analizaron mediante la técnica de *process tracing*, que permite rastrear e identificar los “mecanismos causales que conectan causas y efectos”. Con esto, buscamos entender cómo las acciones de la coalición LLA afectan el acceso al aborto y cómo el movimiento feminista organiza su resistencia frente a esta ofensiva conservadora.

Palabras clave: aborto; Argentina; movimiento feminista; Milei.

Abstract

This article examines the feminist response to the anti-abortion offensive led by Javier Milei and the *La Libertad Avanza* (LLA) coalition. We aim to map the attacks promoted by Milei and LLA against abortion access policies, covering the period from the electoral campaign through the first trimester of 2025. In addition, we analyze the organization strategies and collective action adopted both in the streets and on social media, understanding them as instruments of symbolic dispute and mobilization. To conduct this study, we use bills, technical guidelines, public statements, interviews, and social media posts from Milei's camp, prominent feminists, and the National Campaign for the Right to Legal, Safe, and Free Abortion. We also include in our analytical corpus the photographic coverage of protests under the slogan “*¡Ni Un Paso Atrás!*”. The data was analyzed through the process tracing method, which enables the identification of “causal mechanisms linking causes and effects”. With this approach, we seek to understand how the actions of the LLA coalition affect abortion access and how the feminist movement organizes its resistance in the face of this conservative offensive.

Keywords: abortion; Argentina; feminist movement; Milei.

Introdução

Na Argentina, a luta organizada pelo direito ao aborto remonta ao período de redemocratização do país. Em 2005, após décadas de articulações pró-aborto realizadas por movimentos e grupos feministas locais, a Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito foi constituída (Bellucci, 2014) como uma aliança de caráter federal e diverso “sob o triplo lema ‘educação sexual para decidir, contraceptivos para não abortar, aborto legal para não morrer’ e um lema permanente: Estado Laico” (Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito, site institucional, tradução nossa). Depois de treze anos de incidência perante diversos atores políticos, a Campanha conseguiu que o Projeto de Lei (PL) de Interrupção Voluntária de Gestação (IVE, na sigla em espanhol), que previa a desriminalização e a legalização do aborto até a 14^a semana de gravidez, fosse apreciado pela Câmara de Deputados, obtendo uma aprovação histórica e chegando pela primeira vez ao Senado da nação — o que gerou uma série de mobilizações e debates no país. O PL foi rejeitado em 8 de agosto de 2018, mas a movimentação



ocorrida naquele ano foi fundamental para a aprovação da Lei 27.160, conhecida como Lei de IVE, no final de 2020.

A lei entrou em vigor no final de janeiro de 2021, regulamentando no sistema público de saúde a oferta de aborto voluntário até o prazo estabelecido pela lei, de forma integral e gratuita (Argentina, 2020). Nos anos seguintes, houve desafios para a plena implementação da IVE enquanto política pública ao redor do país, sobretudo em províncias de tradição mais conservadoras e mais afastadas de grandes centros urbanos, onde o acesso a centros de saúde é mais restrito (Anzorena, 2023). É no contexto de construção e consolidação plena da lei de interrupção voluntária de gestação que Javier Milei desponta no cenário político argentino.

A ascensão de Milei à presidência argentina, em 2023, insere o país no avanço global de líderes de ultradireita com discursos semelhantes aos de Donald Trump (EUA) e Jair Bolsonaro (Brasil). Assim que assumiu o poder, Milei iniciou o desmantelamento de políticas de gênero por meio de cortes orçamentários e do enfraquecimento de aparatos estatais. Esse projeto de poder, com uma retórica antigênero e antiaberto, ficou evidente em seus ataques à lei de IVE, chamando as ativistas pró-aberto de “as assassinas com lenços verdes” (Carbajal, 2024; El Cronista, 2024; Machado; Aguilera-Lobo; Teixeira, 2023).

Nesse cenário de desmonte e ameaças de perda de direitos, emerge a resposta do movimento feminista argentino, articulada sob a consigna “*¡Ni Un Paso Atrás!*”. Os protestos representam uma reação direta às investidas do governo Milei e da coalizão *La Libertad Avanza* (LLA), confrontando um discurso no qual a liberdade individual se sobrepõe aos direitos coletivos, incluindo os direitos das mulheres e LGBTQIA+ (Berdondini & Vinuesa, 2024).

Considerando, portanto, a interação entre sujeitos políticos tão opositos quanto o campo mileísta e o movimento feminista pró-aberto, e reconhecendo a relevância que o caso argentino adquire em uma conjuntura regional marcada por retrocessos, temos dois objetivos neste trabalho: 1) mapear os ataques feitos por Milei e pela coalizão LLA às políticas de acesso ao aborto — e ao direito ao aborto em si — desde a campanha presidencial de 2023 até o final do primeiro trimestre de 2025, e 2) identificar as respostas do movimento feminista argentino às ameaças de retrocesso,



considerando as estratégias de ação coletiva não só nas ruas como também nas redes, que continuam sendo ferramentas de disputa simbólica e de mobilização. Partimos da hipótese que, embora a transformação do aborto em direito seja um marco, sua materialização ainda precisa ser garantida. Se, por um lado, a extrema direita ocupa o espaço institucional, por outro, a experiência histórica do movimento feminista argentino indica que sua força reside na capacidade de articulação da sociedade civil. Assim, mesmo diante do avanço conservador, a defesa de direitos conquistados, como a lei de descriminalização e legalização do aborto, permanece como uma bandeira central das mobilizações feministas, evidenciada pela continuidade de protestos e a organização das manifestações (País Andrade et al., 2024).

Para conduzir a pesquisa, o corpus do trabalho abrange projetos de lei, normas técnicas, declarações públicas, entrevistas e postagens em redes sociais tanto do campo mileísta quanto de feministas notórias e da Campanha, além da cobertura fotográfica dos protestos realizados. Os materiais foram analisados por meio da técnica de *process tracing*, abordagem metodológica que busca rastrear e identificar “os mecanismos causais que conectam causas e efeitos” em casos específicos (Cunha; Araújo, p. 37, 2018). O *process tracing* permite analisar como os resultados são produzidos após uma sequência de eventos (Bennett; Checkel, 2015).

O artigo está estruturado em quatro seções. A primeira contextualiza a ascensão de Javier Milei e a implementação de sua agenda ultraconservadora e antigênero. Na segunda seção, abordamos a reação do movimento feminista às investidas antiaborto e ameaças de retrocesso, analisando os principais eventos de protesto e as estratégias de mobilização empregadas. A terceira seção desenvolve uma análise da relação causal entre as ações de Milei e a resposta feminista. Por fim, realizamos uma síntese dos resultados obtidos. Essa última seção destaca as contribuições do caso argentino para a compreensão das formas contemporâneas de resistência feminista diante de ofensivas autoritárias, além de refletir sobre alguns dos aportes possíveis da abordagem metodológica do *process tracing* na investigação de relações causais em contextos politicamente dinâmicos, nos quais discursos, símbolos e práticas de mobilização operam simultaneamente como resposta e como produção de sentido.



1. As investidas antigênero de Javier Milei e da coalizão *La Libertad Avanza*

“Para mí, el aborto es un asesinato agravado por el vínculo. Y eso lo puedo demostrar desde una perspectiva matemática, filosófica, desde el liberalismo y, además, desde lo biológico” (Javier Milei, 2024).

Para compreender a ascensão de Milei na Argentina, é preciso analisar o impacto do neoconservadorismo na América Latina, que “compartilha sinais de uma identidade que o vincula à velha direita radical [...], tendo como pilar principal o autoritarismo e uma orientação antidemocrática” (Bohoslavsky & Broquetas, 2024). A corrente se sustenta em uma relação estratégica que combina uma linguagem cristã com princípios do neoliberalismo econômico (Biroli et al., 2020).

Uma das características centrais do neoconservadorismo é a intensa regulação da moralidade sexual por meio da política. Segundo Biroli et al. (2020), essa postura reacionária fundamenta-se em uma ordem sexual de matriz cristã, que valoriza a normatividade e a função reprodutiva do sexo. A visão resulta na defesa de um arranjo familiar heteronormativo e patriarcal. Originado nos Estados Unidos durante o século XX, o termo evoluiu no contexto latino-americano, passando a descrever as coalizões estratégicas formadas por diferentes atores para sustentar essa lógica normativa (Biroli et al., 2020).

A materialização de tal lógica na Argentina se torna evidente com a ascensão de Milei. O político surge na mídia em 2016 de forma tímida, mas rapidamente ganha espaço nas emissoras de televisão do país com seu discurso inflamado, quando já demonstrava suas ambições eleitorais; inspirado em Trump, Milei adota um personagem mais extremo (Morresi & Ramos, 2023; Zilla, 2024). Em 2021, fundou a LLA, coalizão formada por pequenos partidos de extrema direita em torno de uma pauta libertária, conservadora e antigênero.

A coalizão alcançou um desempenho expressivo nas urnas, com 17,04% dos votos em Buenos Aires, o que garantiu representação parlamentar local e nacional à LLA (Morresi & Ramos, 2023; Rivara, 2023). Mesmo com uma atuação legislativa de baixa relevância enquanto deputado, Milei ganhou popularidade com seus discursos



ultraliberais e conservadores em uma Argentina enfraquecida, impulsionando-o à presidência (Lucena, 2023).

1.1. A ofensiva às políticas de gênero no governo de Milei

Na pré-campanha presidencial, o ultroliberal já apresentava declarações sobre o que faria se eleito. Em uma fala emblemática, propôs extinguir o Ministério da Mulher, Gênero e Diversidade; em afirmação sobre o tema declarou que não havia motivo para ter “vergonha por ser um homem branco, loiro e de olhos azuis” e que não cederia ao que ele chamou de marxismo cultural (Clarín, 2022). Para ele, os “neomarxistas assumiram o controle da mídia de massa, das instituições culturais, das universidades e das organizações internacionais” (Zilla, 2023, p. 2), acreditando que os movimentos progressistas são uma grande ameaça aos valores do neoconservadorismo e criam privilégios, intervindo no Estado de forma a prejudicar a liberdade econômica (Zilla, 2024).

Durante a campanha, o político argentino intensificou sua intenção de remodelar as discussões sobre a agenda de gênero no país, declarando guerra ao feminismo e ao “marxismo cultural”. Em entrevistas, Milei afirmava que, se eleito, realizaria um plebiscito para revogar a IVE, deixando claro seu posicionamento contrário ao aborto por questões morais. Ele questionou diretamente a pauta em uma declaração: “Como matar um ser humano pode ser um direito adquirido?”. Além disso, criticou os apoiadores e defensores da IVE, classificando-os como pessoas “engajadas em uma política assassina” (Clarín, 2024).

Ao assumir a presidência, Javier Milei agiu rapidamente para implementar políticas de viés autoritário. Em 20 de dezembro de 2023, o governo anunciou o Decreto de Necessidade e Urgência (DNU 70/2023), que autorizava o Poder Executivo a legislar sem a aprovação prévia do Congresso. Por meio desse instrumento, sua administração buscou promover uma profunda desregulamentação da economia. Embora o decreto não mencionasse diretamente a agenda de gênero, essas medidas intensificaram as vulnerabilidades já existentes (IHU, 2023).



Poucos dias após o DNU, em 23 de dezembro de 2023, o governo deu seu passo mais simbólico e dissolveu¹ o Ministério das Mulheres, Gênero e Diversidade. A medida, que era uma promessa de campanha, desmantelou um espaço fundamental para a formulação e execução de políticas voltadas à proteção e promoção dos direitos das mulheres e LGBTQIA+ (País Andrade et al., 2024). Após transformar o Ministério em uma subsecretaria (Decreto 86/2023)², a administração não demorou a anunciar seu encerramento definitivo, e a medida foi justificada pela alegação de que a pasta era utilizada para fins políticos e para propagar uma agenda ideológica.

Dando continuidade à ofensiva contra os direitos, os deputados do bloco LLA tentaram, sem sucesso, aprovar um projeto que buscava revogar a IVE no país. O texto tipificava o aborto como crime, com penas de até três anos para a gestante e de até dez para o profissional de saúde, com exceção apenas para os casos de risco de vida para a mãe. A proposição não apenas tinha o objetivo de revogar a Lei 27.610, como também era mais restritiva que o Código Penal vigente entre 1921 e 2020 (Centenera, 2024). Contudo, o projeto surgiu em um momento delicado, em meio a discussão do projeto de Lei “Ómnibus”³ e, por não ser uma prioridade, não avançou (Lucena, 2024).

A linguagem inclusiva, antes utilizada na administração pública, também se tornou alvo da guerra simbólica conservadora. O novo governo anunciou que iniciaria “ações para proibir a linguagem inclusiva e tudo o que for referente à perspectiva de gênero na administração pública nacional” (Taddeo, 2024). A justificativa é que tais práticas estavam sendo usadas com fins políticos e seriam parte da “doutrinação” de gênero e do “marxismo cultural”, que classificavam em seus discursos como algo a ser combatido. Além disso, o governo argentino juntou-se a Irã, Rússia e Coreia do Norte ao votar contra uma resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre

¹ A dissolução não foi bem vista pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que em relatório apontou que, “pela primeira vez em 40 anos, o país não conta com um órgão reitor responsável pela concepção e execução de políticas voltadas a prevenir e erradicar a violência de gênero” (CIDH, 2025, p. 489, tradução nossa).

² Decreto que oficializou a transformação do Ministério da Mulher, Gênero e Diversidade em uma subsecretaria, que posteriormente também foi extinta.

³ A “Lei de Bases e Pontos de Partida para a Liberdade dos Argentinos”, ou Lei Ônibus, é um pacote de reformas propostas pela administração de Milei que dá autonomia para intervir em aspectos estruturais e econômicos do país (Cohen, 2023).



a violência de gênero, e também foi contrário às políticas de igualdade de gênero discutidas durante o Fórum do G20 (Sánchez-Garzoli, 2025; Human Rights Watch, 2025).

Em seu discurso em Davos 2025, um ponto central foi a crítica ao que chamou de ‘wokismo’. Ele descreveu o termo como uma ideologia de pensamento monolítico que, com apoio institucional, busca penalizar a dissidência e que se manifesta através de pautas como o feminismo radical e o ambientalismo, às quais ele se opõe. Em linha com seu posicionamento, Milei criticou a “agenda sangrenta do aborto” e a existência do crime de feminicídio, que considera uma distorção da igualdade (World Economic Forum, 2025). Como reflexo direto de suas palavras, dias depois seu governo propôs eliminar o feminicídio do código penal argentino (Sánchez, 2025).

Ao criticar novamente a agenda dos direitos reprodutivos em um discurso internacional, na Câmara de Comércio dos Estados Unidos (AmCham), Milei buscou correlacionar a baixa natalidade com a legalização do aborto, afirmando que sem a IVE, “teríamos evitado muitos assassinatos no ventre”⁴ (Marina; Ballarino, 2025). Na prática, os discursos ideológicos do argentino se converteram em um ataque orçamentário, buscando asfixiar financeiramente as estruturas relacionadas à agenda de gênero.

1.2. A Política orçamentária contra os direitos reprodutivos na Argentina

Os efeitos do ataque orçamentário foram imediatos. De acordo com dados da Associação Civil pela Igualdade e Justiça (ACIJ) e da Equipe Latino-Americana de Justiça e Gênero (ELA), os gastos em políticas públicas destinadas a reduzir a desigualdade de gênero no primeiro quadrimestre de 2024 foram 26,8% inferiores aos do mesmo período do ano anterior. Como resultado, programas importantes precisaram reduzir sua atuação. O programa Acompanhar, por exemplo, que oferece

⁴ A taxa de natalidade na Argentina já estava em queda desde 2014, e especialistas atribuem essa tendência a um fenômeno global impulsionado por fatores sociais, como o avanço educacional e profissional e a ampliação do acesso a métodos contraceptivos (Marina & Ballarino, 2025).



apoio a sobreviventes de violência de gênero, sofreu uma queda de 79% em seu orçamento.

Em relação aos direitos sexuais, reprodutivos e não reprodutivos⁵, os cortes orçamentários têm sido o principal fator na diminuição do acesso ao direito conquistado no final de 2020. O Plano ENIA (Prevenção da Gravidez Não Intencional na Adolescência), responsável pela redução de 50% da gravidez adolescente, teve seus recursos de execução suspensos, o que resultou na demissão de 619 funcionários (Ramón Michel, 2024). Simultaneamente, foi promovida uma narrativa contra a Lei de Educação Sexual Integral (ESI), acusada de ser “doutrinadora” (Abrevaya, 2024).

Os cortes orçamentários também afetaram o Programa de Saúde Sexual e Reprodutiva, resultando em uma queda na distribuição de preservativos, anticoncepcionais e medicamentos para a interrupção voluntária da gravidez. Em termos numéricos, ao comparar o terceiro trimestre de 2024 com o mesmo período de 2023, a distribuição de preservativos caiu 45,5%. A entrega de anticoncepcionais injetáveis e orais também diminuiu 53,9%, enquanto os implantes subdérmicos (parte do Plano ENIA) tiveram uma redução de 57% (Marina, 2024; Ferreiro, 2024).

A redução de recursos foi ainda mais drástica em relação aos medicamentos destinados à IVE, como o misoprostol e a mifepristona. O fornecimento, que foi de 106.737 em 2023, foi completamente interrompido em 2024. Como resultado, a Direção Nacional de Saúde Sexual e Reprodutiva deixou de adquirir e distribuir os mantimentos necessários para garantir o acesso ao procedimento, intensificando a

⁵ Corrêa e Petchesky (1996 [1994], p. 149) entendem os direitos sexuais e reprodutivos a partir de duas chaves, poder e recursos, concebidos como um conjunto de prerrogativas que inclui tanto a capacidade de decisão informada sobre aspectos como fecundidade, contracepção, gravidez, saúde sexual e planejamento familiar, quanto os recursos necessários para efetivar essas escolhas com segurança. Para as pesquisadoras, esses direitos estão intrinsecamente vinculados à noção de integridade corporal, ou seja, o controle sobre o próprio corpo, mas também se estendem às relações interpessoais e sociais nas quais esses corpos existem e são vivenciados, abrangendo filhos, parceiro(a)s, familiares, comunidades e a sociedade. A nomenclatura “direitos não reprodutivos”, por sua vez, surge como “um acréscimo à gramática dos direitos sexuais e reprodutivos que se dá a partir de um acúmulo de práticas e linguagens aportadas por militantes e acadêmicas argentinas, em diálogo com o movimento feminista transnacional” (Aguilera-Lobo, 2025, p. 38) para evidenciar um conjunto de garantias que envolve a possibilidade de decidir se, quando, como e com quem ter filhos, bem como o acesso a meios seguros para realizar essas escolhas — notadamente, métodos contraceptivos e procedimentos de aborto (Brown, 2007).



vulnerabilidade para pessoas que gestam. Segundo Patricia Sotile (2024), integrante da ELA⁶, em entrevista ao Latfem, “os retrocessos violam princípios básicos do nosso sistema constitucional convencional, como igualdade e não discriminação, progressividade e não regressividade, e boa-fé ou lealdade federativa” (Abrevaya, 2024, tradução nossa).

Com o lema “Deus, Pátria e Família”, que resume os pilares do neoconservadorismo descritos por Biroli et al., o governo enfraquece intencionalmente as políticas de saúde sexual e de combate à violência de gênero, em sua batalha cultural contra os movimentos feministas. Declarações associando o aborto diretamente ao assassinato geram uma política de medo nas pessoas que gestam e também nos profissionais de saúde que cumprem a legislação, criando um cenário de incerteza (Abrevaya, 2024).

Nessa conjuntura, as feministas argentinas enfrentam ataques, representando uma oposição essencial às políticas implementadas pelo governo de Javier Milei. Na próxima seção, discutiremos a reação do movimento a essas medidas.

2. ¡Ni un paso atrás!: a resposta feminista a Javier Milei

“Seguimos en las calles para que ninguna persona sea forzada a gestar y parir en contra de su voluntad. Continuamos defendiendo nuestro triple lema y el acceso pleno a los derechos sexuales y reproductivos para toda la población. Nuestro reclamo por la necesaria difusión de la ley de IVE, hasta el día de hoy marginal e insuficiente, es urgente.” (Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito, 2023).

Diante da ascensão de Milei e do desmonte das políticas de igualdade e proteção social, os feminismos na Argentina reposicionam-se como atores centrais na denúncia do autoritarismo e na defesa de conquistas históricas. A consigna “¡Ni un paso atrás!”, presente nas ruas, redes e documentos, não apenas expressa um repúdio aos retrocessos anunciados, como também convoca uma memória coletiva de lutas anteriores. Essa resposta não surge do zero, ela se ancora em um repertório político

⁶ Equipe Latino-Americana de Justiça e Gênero.



e simbólico, desenvolvido especialmente em 2015 e 2016, com o *Ni Una Menos*, e amplificado pela Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito de forma massiva a partir de 2018.

Aqui, é importante pontuar que tanto o *Ni Una Menos* quanto a Campanha compõem um contínuo histórico na Argentina que envolve militantes, acadêmicas, coletivos e organizações feministas. Notadamente, os *Encuentros Nacionales de Mujeres* (ENM) — que, a partir de 2019, passaram a ser conhecidos como *Encuentros Plurinacionales de Mujeres, Lesbianas, Trans, Travestis, Bisexuales, No Binaries y Intersexuales* — foram espaços fundamentais de debate e articulação estratégica em prol de diversas causas feministas, incluindo a luta pelo direito ao aborto (Bellucci, 2014; Burton, 2017).

Com a emergência de organizações e iniciativas como a *Red de Profesionales de la Salud por el Derecho a Decidir*, as *Socorristas en Red*, a *Red de Docentes por el Derecho al Aborto* (RDDA) e a RUDA — *Red de Cátedras en Universidades Públicas por el Derecho al Aborto* (Aguilera-Lobo, 2025, p. 57-60), houve uma ampliação das frentes de luta por meio de ações de cuidado, acompanhamento, formação e ensino, dando novos contornos a práticas médicas, políticas, sociais e pedagógicas. Em conjunto, essas experiências configuraram um campo feminista que não apenas disputou o Estado, mas também produziu novas formas de legitimidade política e afetiva.

A emergência dessas redes nos ajuda a compreender a força atual da consigna *¡Ni un paso atrás!*, não como um gesto isolado, mas como parte de uma longa trama de resistência e imaginação política que não pode ser explicada apenas por uma conjuntura favorável, mas pela acumulação de experiências de mobilização, incidência legislativa e práticas de solidariedade feminista que atravessaram distintos espaços e temporalidades (Bellucci, 2014; Gago, 2020; Mastropaolet & Tega, 2023).

A seguir, exploramos as formas pelas quais o movimento feminista tem se mobilizado diante da nova conjuntura, articulando continuidade e inovação em suas estratégias discursivas, organizativas e performativas.



2.1. Conjuntura política recente: da despenalização social à resistência feminista

Entre 2018 e 2020, o movimento feminista argentino obteve uma das vitórias mais expressivas na América Latina recente: o direito ao aborto legal reconhecido pelo Estado. O ano de 2018, em especial, marca uma inflexão importante; ainda que o Projeto de Lei de Interrupção Voluntária da Gravidez tenha sido rejeitado pelo Senado em agosto daquele ano, a Campanha afirmou ter alcançado a despenalização social do aborto no país. Tal conceito, mobilizado por militantes e pesquisadoras argentinas, remete à retirada do tema do ocultamento e sua posterior legitimação no debate público, como propõe Tarducci (2018, p. 430, tradução nossa): “Isso significa que o assunto saiu do ocultamento em que estava e que hoje é discutido publicamente, e também que amplas camadas da população concordam que a clandestinidade de sua prática deve ser encerrada”.

Esse marco analítico é retomado por Aguilera-Lobo (2025) para compreender como a Campanha e o movimento feminista argentino mobilizaram enquadramentos interpretativos⁷ diversos — como aborto enquanto questão de saúde pública, dúvida da democracia, autonomia corporal, direitos humanos, justiça social e celebração da vida — e ampliaram seu repertório de ação coletiva com intervenções de alto impacto estético, como os *pañuelazos*, vigílias federais e performances de rua. Essa capacidade de articulação política e estética foi fundamental para consolidar a chamada Maré Verde como um movimento social transnacional, reverberando por toda a América Latina (El País, 2023).

A conquista legal do aborto foi alcançada em 30 de dezembro de 2020, com a aprovação da Lei Nº 27.610, que garante o direito à interrupção voluntária da gravidez até a 14^a semana de gestação. A sessão no Senado foi presidida por Cristina

⁷ O conceito de enquadramentos interpretativos (ou *interpretative frames*) refere-se aos esquemas de significados compartilhados que movimentos sociais utilizam para dar sentido ao mundo, diagnosticar situações de injustiça, atribuir responsabilidades e orientar a ação coletiva. Conforme propõem Snow & Benford (1988), os enquadramentos cumprem três funções principais: diagnóstica (identificação do problema), prognóstica (proposta de solução) e motivacional (convocação à ação). No caso do movimento feminista argentino, tais enquadramentos foram fundamentais para articular o aborto a diferentes dimensões, como a saúde pública, os direitos humanos e a justiça social.



Fernández de Kirchner, à época vice-presidenta da República, e encerrou um ciclo de debates públicos que tiveram como pano de fundo a crescente visibilização do tema nos espaços midiáticos, legislativos e escolares. A Campanha, nesse momento, reiterava que a luta não terminava com a conquista legal; era preciso garantir a implementação da política, assegurar recursos e combater as barreiras institucionais ao acesso efetivo ao aborto legal (Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito, site institucional; Anistia Internacional, 2024).

Como apresentamos na seção anterior, a tentativa de revogar ou enfraquecer a Lei de IVE não se deu apenas por declarações públicas, mas através de mecanismos institucionais como o DNU 70/2023, e a Lei *Ómnibus*, um projeto legislativo com dezenas de dispositivos de flexibilização estatal, que gerou ampla reação social (González, 2024; Centro de Economía Política Argentina – CEPA, 2024). Esses atos inauguraram um novo ciclo de enfrentamento político no país, no qual o movimento feminista se posiciona como um dos atores centrais na denúncia do desmonte dos direitos sociais, sexuais e reprodutivos (Página12, 2024).⁸

2.2. Mobilizações e protestos feministas

As mobilizações feministas contra o governo Milei não surgiram como uma reação tardia, mas como uma antecipação estratégica aos riscos anunciados por sua retórica ainda em campanha. Já em 28 de setembro de 2023, no marco do Dia Latino-Americano e Caribenho de Luta pela Desriminalização e Legalização do Aborto (também chamado de “Dia de Ação Global pelo Aborto Legal e Seguro”), ativistas

⁸ O movimento feminista argentino é um importante sujeito político diante dos desmontes. As ações recentes inscrevem-se em uma continuidade de mobilizações que vêm articulando o protesto contra as violências machistas às denúncias das crises econômicas e da precarização da vida, tendo a greve como uma importante ferramenta política contra retrocessos. Como analisa Gago (2020), a greve é “um processo de invenção, rupturas e, ao mesmo tempo, acumulação de forças” (p. 13) e pode ser entendida como “uma nova forma de cartografia prática da política feminista” (p. 21) que tomou as ruas e maneira massiva e “possibilitou impulsionar um feminismo popular e antiliberal, que conectou as tramas das violências econômicas às violências concentradas contra os corpos das mulheres e os corpos feminizados” (p. 21). Ou seja, a autora entende a greve feminista como um dispositivo que evidencia a conexão estreita entre a violência econômica e a de gênero.



argentinas ocuparam as ruas com o lema “*¡Ni un paso atrás!*”, articulando a denúncia do neoconservadorismo com a defesa dos direitos conquistados.

Os atos também evidenciaram a solidariedade internacional da luta, com cobertura e repercussão em meios como Brasil de Fato e El País (2023). Em 25 de novembro de 2023, data que marca o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, os protestos voltaram a reunir coletivos feministas em Buenos Aires, Tucumán e outras províncias. As manifestações conjugaram pautas contra a violência de gênero com críticas ao avanço da extrema-direita e ao discurso misógino presente na candidatura de Milei. Em Córdoba, por exemplo, o ato denunciou a invisibilização das políticas públicas para mulheres e a precarização institucional dos organismos de gênero (CTAA, 2023; Página12, 2023).

A posse presidencial e a edição do DNU 70/2023 ampliaram a insatisfação popular. Em 24 de janeiro de 2024, um protesto multisectorial reuniu sindicatos, movimentos populares, organizações indígenas, centros acadêmicos e feministas para contestar o pacote de medidas do governo. O evento se caracterizou por sua diversidade política e territorial, representando uma convergência entre lutas sociais em defesa da democracia, da soberania e dos direitos adquiridos (CNN Español, 2024). Em 19 de fevereiro de 2024, militantes se reuniram no tradicional #19F, retomando o aniversário do primeiro *pañuelazo* massivo de 2018. Nesse ato, o lenço verde voltou a ocupar as ruas e as redes como símbolo de resistência, com falas públicas que ressaltavam a importância de manter a mobilização contínua frente às tentativas de retrocesso, reafirmando, também, que a luta pelo aborto legal permanece central para o movimento, sobretudo em um contexto de ataque institucional (Campaña Aborto Legal, 2024).

A marcha do 8 de março de 2024 foi um dos pontos altos desse novo ciclo de resistência. Milhares de mulheres, dissidências e organizações se reuniram em todo o território argentino. A consigna “*¡Ni un paso atrás!*” tornou-se o centro da intervenção política e estética: cartazes, projeções, murais e intervenções performáticas reafirmaram a continuidade da luta e o vínculo com a memória das *Madres de Plaza de Mayo*, que utilizam a consigna amplamente, inclusive como título de uma revista editada pela organização (Madres, 2016). A cobertura fotográfica do evento,



amplamente difundida por veículos como *Infobae* e *Página12*, capturou o impacto visual e simbólico da mobilização, reforçando a potência da Maré Verde em tempos de crise democrática.

Um ano depois, em 8 de março de 2025, o movimento voltou a demonstrar sua vitalidade com protestos em Buenos Aires, Rosário, Mendoza e Córdoba. Apesar do aumento da repressão e da vigilância sobre os movimentos sociais, as manifestações mantiveram o tom combativo, fazendo da presença nas ruas um gesto de afirmação política, memória e defesa da democracia. A consigna “*¡Ni un paso atrás!*” foi projetada em fachadas, pintada em faixas e impressa em panfletos, reafirmando que o feminismo argentino segue mobilizado e articulado frente ao projeto neoconservador de Milei (Clarín, 2025; Diario16Plus, 2025). A continuidade dos protestos demonstra que, mesmo sob um governo hostil aos direitos das mulheres e pessoas LGBTQIA+, o movimento feminista segue ativo, produzindo sentidos, articulações e confrontos simbólicos. Ao retomar a luta nas ruas e utilizar as redes sociais para articular os protestos e chamar a atenção para a possibilidade de retrocesso, as feministas argentinas demonstram que a resistência não apenas permanece, mas ganha novo fôlego.

2.3. Estratégias discursivas e de mobilização: retomadas e atualizações

Diante da ofensiva ultraconservadora liderada por Javier Milei, o movimento feminista argentino tem reatualizado estratégias discursivas e simbólicas que marcaram sua trajetória recente, reforçando a potência de seus símbolos e a centralidade da disputa comunicacional. Entre os elementos mais visíveis está o retorno massivo do lenço verde que desde 2018 se consolidou como ícone transnacional da luta pelo aborto legal, seguro e gratuito (Gutiérrez, 2018; Millan, 2023).

Outro símbolo reiterado nos atos feministas é o lema “*educación sexual para decidir, anticonceptivos para no abortar, aborto legal para no morir*”. Essa consigna, que acompanha a Campanha desde sua fundação em 2005, reaparece agora como



eixo de enfrentamento à retórica liberal de Milei, que dissocia a liberdade das condições materiais e sociais de sua efetivação. Frente à tentativa de despoliticizar o debate sobre direitos reprodutivos, o movimento feminista recoloca no centro da disputa pública uma concepção de liberdade articulada à justiça social e à igualdade de gênero, conforme evidenciado pelo documento *Acá estamos: fuimos marea, seremos tsunami*, lançado às vésperas do 8M de 2024, e redigido pelas diversas organizações que articularam as manifestações daquele ano na Argentina⁹. Nesse contexto, há também uma ênfase renovada na ideia de despenalização social do aborto, compreendida não apenas como um marco de 2018, mas como um processo contínuo de legitimação social e cultural. Iniciativas como o projeto “El aborto está en las aulas”, promovido pelas Socorristas en Red¹⁰, ilustram essa estratégia ao levar o debate sobre aborto para escolas, universidades e espaços educativos diversos, reforçando a pedagogia feminista como ferramenta de resistência (Socorristas en Red, 2024).

Outro ponto de destaque é a esfera digital, palco de disputas simbólicas. Se durante a campanha eleitoral de 2023 Milei conquistou protagonismo nas redes por meio do uso estratégico de memes, transmissões ao vivo e linguagem provocativa, o movimento feminista respondeu com a ampliação de seus canais digitais e a reativação de páginas e perfis vinculados à Maré Verde. As redes sociais tornam-se, assim, territórios de disputa simbólica em que está em jogo não apenas a narrativa sobre o aborto, mas também sobre o sentido de democracia, igualdade e direitos. Dessa forma, enquanto Milei e seus apoiadores utilizam as redes sociais para difundir slogans simplificadores e memes de ataque, o movimento feminista tem investido na amplificação de suas mensagens por meio de vídeos, transmissões ao vivo,

⁹ No documento, não há uma listagem de signatários ou autoria específica. O arquivo pode ser acessado em <https://drive.google.com/file/d/1PjLw3UyTmPtYtL3K0cBC8DS-ZAoz9J4C/view>. Acesso em 20 dez.2025.

¹⁰ As Socorristas en Red — Feministas que abortamos são uma articulação de coletivos feministas argentinos que, desde 2012, acompanham pessoas em situação de abortamento com base em princípios de autonomia, cuidado coletivo e escuta ativa. Sua atuação se consolidou como prática político-pedagógica central na despenalização social do aborto, articulando ativismo feminista e práticas de cuidado antes mesmo da legalização da interrupção voluntária da gravidez. Ver <https://socorristasenred.org/>. Acesso em 20 dez.2025.



intervenções artísticas digitais e campanhas coordenadas (Reuterswärd; Fernandez Anderson, 2024; Alcoba, 2024).

3. Governo Milei e reação feminista: causalidades, disputas e reconfigurações

“Lo que dice Milei no es un delirio. Señalar y estigmatizar al movimiento feminista está relacionado a un fenómeno global de articulación entre el neoliberalismo y el conservadurismo o autoritarismo, que elige determinados sectores como enemigos” (Luci Cavallero, 2024).

A ascensão de Javier Milei à presidência da Argentina representou uma inflexão política marcada por uma retórica ultraliberal e um programa de desmonte institucional que afetou diretamente as políticas de gênero e os direitos sexuais, reprodutivos e não reprodutivos. Esse novo cenário suscitou uma série de reações organizadas por movimentos feministas, que mobilizaram repertórios discursivos, simbólicos e performáticos em defesa dos direitos conquistados desde os anos 2000.

Com base no método de *process tracing*, esta seção explora os vínculos causais entre o avanço do governo Milei e a intensificação das mobilizações feministas, identificando as conexões entre decisões institucionais, discursos políticos e respostas coletivas. Partimos da premissa de que os efeitos observáveis, como a retomada da consigna “*¡Ni un paso atrás!*” e os protestos massivos, não decorrem de relações causais diretas, mas se produzem por meio de circuitos de interpretação e disputa, atravessados por condições materiais, correlações de força e ativação de sentidos políticos compartilhados.

Com isso, buscamos mapear como os efeitos da ofensiva ultraconservadora se traduzem em reconfigurações estratégicas do movimento feminista argentino, lançando luz sobre os modos como os sujeitos políticos percebem ameaças, elaboram enquadramentos interpretativos, açãoam afetos coletivos e constroem respostas situadas em contextos de disputa e instabilidade.



3.1. A ofensiva antigênero e seus efeitos: uma análise causa e consequência

O *Process Tracing* é uma abordagem indicada para analisar fenômenos sociais complexos e historicamente delimitados, permitindo reconstruir a cadeia causal entre a ofensiva do governo (a causa) e as estratégias de resistência do movimento feminista (o efeito). O foco aqui não será o retrocesso como um ponto final, mas sim evidenciar como ataques específicos do governo estimularam determinadas respostas, configurando uma dinâmica contínua de ação e reação. O elemento central desta análise está nesse confronto. De um lado, as iniciativas governamentais, que não se restringem a atos administrativos ou legislativos, sendo implementadas em conjunto com uma forte ofensiva discursiva que visa ressignificar conceitos e sobrepor sua moral e valores. Em contrapartida, a atuação feminista se articula na defesa da agenda de gênero e dos direitos reprodutivos, convertendo este tema em um ponto central da disputa.

Para operacionalizar a análise, o Quadro 1 sistematiza a discussão, aplicando o método a cada arena de disputa identificada. Nele, cada linha representa um ciclo de enfrentamento, detalhando a ação governamental e a estratégia de resposta feminista. O esquema apresenta essa dinâmica de forma sintética, destacando como essas respostas se manifestaram de forma articulada nas arenas digitais — por meio de hashtags de mobilização e engajamento — e nas ruas, com os já tradicionais *pañuelazos* e outros elementos que compõem o repertório de ação coletiva do movimento.



Quadro 1 - Mapeamento da Resposta Feminista às Ações do Governo Milei

Ação Governamental (Causa Inicial)	Mecanismo Causal 1: Enquadramento e Interpretação	Mecanismo Causal 2: Disseminação e Ativação	Mecanismo Causal 3: Coordenação e Chamado Estratégico	Resposta do Movimento (Efeito Final)
Decreto 86/2023: Eliminação do Ministério da Mulher, Gênero e Diversidade	Ato interpretado como ataque simbólico e institucional aos direitos das mulheres e dissidências	Notícia disseminada como “choque” por coletivos feministas; provocou indignação e sensação de apagamento institucional	Reação rápida em redes e coletivos, com produção de notas e campanhas online	Protestos virtuais com forte engajamento; notas de repúdio em <i>LatFem</i> , <i>Página12</i> e <i>Tiempo Argentino</i>
Projeto de Lei proposto pela Coalizão LLA: Tentativa de revogar a Lei de IVE	Enquadrado como tentativa de revogação de direito fundamental e conquista histórica da Maré Verde	Hashtag #NiUnPasoAtrás viralizou; gerou sentimentos de resistência e urgência	Campanha convoca <i>pañuelazos</i> e protestos	Mobilizações massivas com foco na Lei 27.610; reafirmação pública de que o aborto legal é “conquista e não retrocesso”
Suspensão de recursos do Plano ENIA	Interpretada como desresponsabilização estatal diante de iniciativas de acesso a políticas públicas de prevenção e cuidado na juventude	Redes de especialistas e ONGs repercutem com tom de alerta sobre abandono de políticas intersetoriais	Estratégia focada em produção técnica e articulação com instâncias locais	Notas públicas e técnicas alertando impactos negativos; denúncias de especialistas em saúde e educação
Cortes no Programa de Saúde Sexual e Reprodutiva	Interpretado como criação de barreiras ao acesso a insumos e informação	Gera sensação de urgência entre profissionais de saúde e ativistas de base	Coordenação multisectorial com produção de materiais e pressão institucional	Relatórios técnicos, notas públicas e denúncias por Católicas pelo Direito de Decidir, CELS e Socorristas en Red
DNU 70/2023 e Lei Ómnibus	Entendidos como tentativa de desmontar direitos e desorganizar a proteção social	Indignação civil e sensação de ataque generalizado a direitos fundamentais	Feministas articulam com centrais sindicais e movimentos sociais; chamado unificado para o 24J	Reação multisectorial; presença feminista com faixas e consignas em protestos de janeiro; documentos lançados por Anistia e Campanha

Fonte: Elaborado pelas autoras.



Como apresentado na primeira seção, Milei já se posicionava como um claro inimigo do feminismo antes mesmo de suas campanhas eleitorais. O presidente argentino enxerga a igualdade de gênero como a concessão de privilégios a mulheres e à população LGBTQIA+, e argumenta que as políticas de direitos reprodutivos e de equidade representam um ônus financeiro para o Estado. Sua retórica não se baseia apenas em valores morais, mas também atribui a essas políticas parte dos problemas financeiros do país — uma visão que se reflete em suas ações governamentais.

A análise do Quadro 1 demonstra que suas políticas atuam tanto no campo simbólico, com o desmantelamento do Ministério da Mulher, Gênero e Diversidade, quanto no orçamentário, com os cortes em recursos para a Saúde Sexual e Reprodutiva, materializando seu projeto neoconservador. Tais ações são admiradas por seus pares internacionais, pois implementam uma agenda conservadora com práticas autoritárias. Um exemplo é o “Projeto 2025”, formulado em 2023 pelo *think tank* conservador Heritage Foundation em um esforço para fortalecer a candidatura de Trump; o documento recomenda a remoção de “toda regra, agência reguladora, contrato, concessão, regulamento e lei federal existentes [...] sobre gênero, aborto, saúde reprodutiva, direitos reprodutivos” (Cariboni, 2024). Embora Milei não tenha relações diretas comprovadas com esse *think tank*, suas iniciativas parecem antecipar e executar as recomendações deste plano conservador, configurando-se aqui como a causa de nossa análise.

Em contrapartida, o forte movimento feminista da Argentina, um dos mais importantes da América Latina, reorganizou-se para responder à ofensiva governamental. A reação do movimento não se limitou a um único método, articulando ações virtuais, declarações públicas e mobilizações de rua, ao mesmo tempo que reativava repertórios de luta históricos, como a consigna “*¡Ni un paso atrás!*”. As ações de Milei foram interpretadas como um ataque direto à vida de mulheres e da comunidade LGBTQIA+, ativando um senso de urgência e indignação que, somado a décadas de luta, produziu uma resposta direta, sendo este o efeito identificado.

A sistematização apresentada no Quadro 1 permite, então, visualizar de forma condensada os principais elos entre medidas implementadas, ameaças de retrocesso e as respostas articuladas pelo movimento feminista argentino. Algumas dessas



ações não chegaram a se concretizar, como o projeto legislativo para revogação da Lei de IVE, mas funcionaram como catalisadores de mobilização, dado o acúmulo de experiências históricas e a experiência de ativistas diante de sinais de regressão institucional. Para além da articulação entre iniciativas estatais e reações organizadas, é necessário considerar os modos como essa resistência se inscreve visualmente no espaço público.

3.2. Análise visual e disputa simbólica: a consigna “*Ni un paso atrás*” e outras representações da resistência feminista (2023–2025)

A análise de imagens das manifestações entre 2023 e 2025 permite acessar um repertório simbólico profundamente enraizado na história da luta feminista, marcado por processos de reatualização e ressignificação diante da conjuntura regressiva, evidenciando um conjunto de práticas estéticas e comunicacionais que não apenas acompanham os protestos, mas os constituem como eventos de enunciação política.

A consigna “*¡Ni un paso atrás!*”, em especial, ocupa posição central nesse repertório simbólico, sendo mobilizada em diferentes formas visuais — lenços, faixas, cartazes, máscaras — e articulando elementos de memória, denúncia e afirmação coletiva. A análise das imagens abaixo não busca esgotar o significado das manifestações, mas apontar como a dimensão visual opera como campo estratégico na construção de sentidos em contextos de retrocesso neoconservador.

A Figura 1 foi publicada no Facebook pela Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito no contexto do ato de repúdio convocado para o dia 4 de setembro de 2023, em resposta à iniciativa da então deputada e candidata à vice-presidência, Victoria Villarruel, de homenagear agentes da última ditadura civil-militar-eclesiástica (Página12, 2023). O protesto, que ocorreu em plena campanha eleitoral, ativou um repertório simbólico que combina memória, direitos humanos e mobilização feminista.

A ilustração representa uma figura com lenço branco — símbolo historicamente associado às Madres de Plaza de Mayo — portando uma faixa com a consigna “*Ni un*



paso atrás” e acompanhada da frase “*Miles por todo lo que falta*” (que pode ser traduzida como “milhares [de pessoas] por tudo o que falta”). Essa composição visual articula elementos de continuidade histórica e afirmação política, situando a resistência feminista em uma genealogia que remonta às lutas contra o autoritarismo. O lenço branco e o corpo formado por múltiplas pernas remetem à dimensão coletiva de defesa da democracia diante de ameaças institucionais, além de acenar para a ativação do enquadramento interpretativo dos direitos humanos diante de conjunturas críticas.

Figura 1 — Arte de convocação para o protesto realizado em 4 de setembro de 2023 em repúdio ao ato de homenagem a agentes da ditadura argentina



Fonte: Che Alejandra, Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito, 2023.



Na sequência dos protestos de setembro, outra imagem emblemática reforça a articulação entre memória, direitos reprodutivos e disputa eleitoral: no marco do Dia Latino-Americano e Caribenho de Luta pela Desriminalização e Legalização do Aborto, em 28 de setembro de 2023, ativistas da Mumalá — *Mujeres de la Matria Latinoamericana*¹¹ aparecem com perucas verdes e seguram cartazes com a consigna “Ni un paso atrás”.

A faixa em destaque rechaça explicitamente as candidaturas de Javier Milei e Patricia Bullrich, associando a consigna à disputa eleitoral. A estética da peruca verde remete ao símbolo da Maré Verde, reforçando a continuidade da luta pelo aborto legal. A visualidade aqui opera como enfrentamento direto ao neofascismo e como convocatória para uma resistência plural e territorializada.

Figura 2 — Manifestante segura cartaz durante protesto do 28S, em 2023, na Argentina



Fonte: Emiliano Lasalvia, AFP, Brasil de Fato, 2023.

¹¹ Ver <https://mumala.online/>. Acesso em 20 dez.2025.



Também no contexto do 28S, a figura 3 mostra o uso da consigna escrita em um *pañuelo* branco em meio aos *pañuelos* verdes, todos erguidos acima da cabeça de manifestantes, na prática que ficou conhecida como “*pañuelazo*”¹². Este gesto evoca diretamente a prática das *Madres de Plaza de Mayo*, que utilizam o mesmo tipo de lenço como símbolo de memória e resistência desde a ditadura militar. A inserção da consigna “*Ni un paso atrás*” no lenço pode ser interpretada como uma tentativa de ligação das lutas feministas contemporâneas à memória das mobilizações históricas por direitos humanos na Argentina.

Figura 3 — Manifestantes com *pañuelos* durante protesto do 28S, em 2023, na Argentina



Fonte: Lúcia Merle, elDiarioAR, 2023.

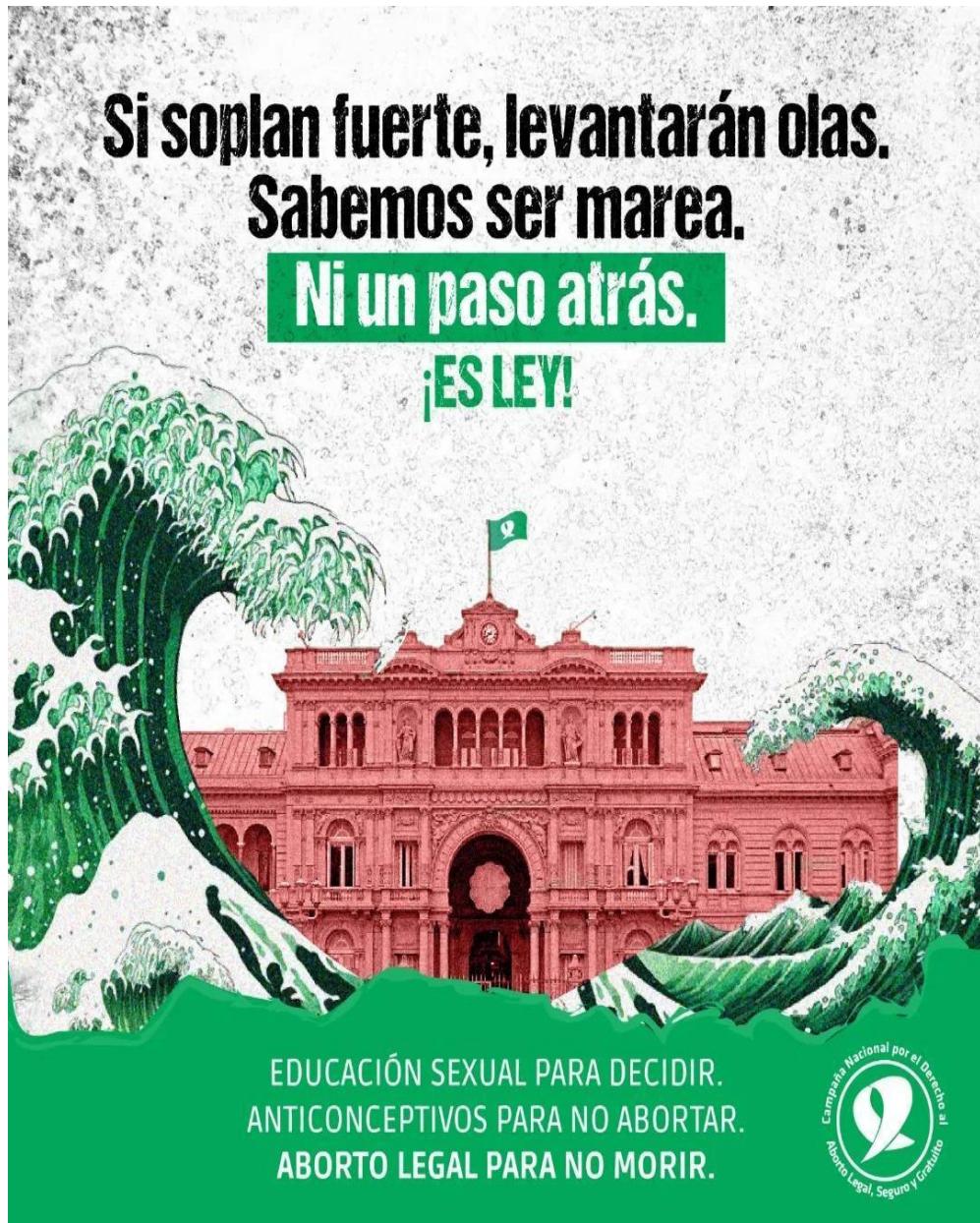
¹² “(...) ato de protesto em que os lenços verdes, erguidos por multidões, formavam imagens semelhantes a uma onda”. (Aguilera-Lobo, p. 15, 2025)



No Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, em 25 de novembro (25N) de 2023, diversas manifestações feministas tomaram as ruas de cidades argentinas. Para incentivar a adesão ao 25N nas ruas, a Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito publicou em suas redes um cartaz de convocatória que mobiliza diversos símbolos: ao representar a Casa Rosada sendo atravessada por ondas de coloração verde — remetendo à Maré Verde —, a composição visual associa a capacidade do movimento feminista de fazer frente a tentativas de retrocesso por parte do governo. A consigna “*Ni un paso atrás*” ocupa posição central no cartaz e é acompanhada de mensagens consagradas na trajetória da Campanha, como “*¡Es ley!*” e a consigna tripla “*educación sexual para decidir, anticonceptivos para no abortar, aborto legal para no morir*”. A escolha da sede do Executivo como fundo não é neutra: ela explicita a intenção de interpelar diretamente o governo e de inscrever os direitos reprodutivos e não reprodutivos no debate público como questão democrática. A peça não apenas convoca à presença nas ruas, mas opera como instrumento de disputa simbólica, sinalizando uma leitura de ameaça de desmontes institucionais.



Figura 4 — Cartaz digital de convocação para o 25N de 2023 na Argentina



Fonte: Campanha Nacional pelo Direito a Aborto Legal, Seguro e Gratuito, 2023.

A figura 5, que integra a cobertura fotográfica do 25N de 2023, mostra uma máscara branca ornamentada com frases como “#NiUnaMenos”, “#ElSilencioMata” e “Ni un paso atrás”. A máscara cobre o rosto da manifestante, mas também comunica uma identidade política de rechaço às investidas de Milei, construída pela soma de denúncias. O uso da máscara tem uma dupla função, de visibilidade e anonimato



coletivo ao mesmo tempo, ao chamar a atenção para as consignas e a causa, sem personalizar ou personificar o protesto na figura da manifestante.

Figura 5 — Manifestante mascarada durante protesto do 25N, em 2023, em Buenos Aires



Fonte: Reuters, Stringer, El País, 2023.

Ainda no protesto do 25N, uma faixa com fundo roxo e letras brancas traz a inscrição “*Contra las violencias machistas y fascistas, ni un paso atrás*”. A escolha da cor roxa remete à cor do movimento feminista internacional, e a justaposição entre “machismo” e “fascismo” sugere a interpretação de que os retrocessos de direitos são parte de um projeto político mais amplo, de viés autoritário. A imagem contribui para ilustrar como o movimento feminista argentino insere suas demandas em um panorama político mais vasto.



Figura 6 — Manifestantes com cartaz durante protesto do 25N, em 2023, em Rosário



Fonte: Sebastián Granata, Página12, 2023.

A continuidade entre o 25N de 2023 e as mobilizações subsequentes se expressa sobretudo na presença persistente das consignas feministas nas ruas. Em 19 de fevereiro de 2024, no marco do 19F (data que remete ao primeiro *pañuelazo* massivo realizado em 2018), manifestantes se reuniram em diversas cidades do país para reafirmar o compromisso com a vigência da Lei 27.610. A figura 7, captada na cidade de Rosário, mostra uma mulher segurando um cartaz com os dizeres “*Es ley y seguirá siéndolo*”, acompanhado de um lenço verde da Campanha. A afirmação categórica de que a lei permanece — e permanecerá — rejeita e repudia nitidamente a tentativa de revogação da legislação, promovida por parlamentares da coalizão LLA. A visualidade do cartaz, o gesto de elevação da peça e a mobilização de manifestantes de diferentes faixas etárias no protesto reiteram a importância das ruas como espaço de defesa dos direitos conquistados. Nesse sentido, o 19F de 2024 celebra um importante marco da Maré Verde e a situa no presente como força ativa e em disputa.



Figura 7 — Manifestante segura cartaz durante protesto do 19F, em 2024, em Rosário



Fonte: Jorge Contrera, El Eslabón, Redacción Rosario, 2024.

Poucas semanas depois do 19F, as ruas de diversas cidades argentinas foram tomadas pelas mobilizações do Dia Internacional da Mulher em 8 de março (8M) de 2024. Celebrada dez dias antes do marco dos cem primeiros dias do Governo Milei, a data configurou-se como um espaço de críticas diversas, multisectoriais, que combinaram demandas historicamente feministas, como o direito ao aborto, com reivindicações de melhores condições de vida e trabalho.

A figura 8 mostra uma manifestante utilizando máscara branca com uma pintura vermelha em formato de mão sobre a boca e a consigna “#NiUnPasoAtrás” escrita na testa. A combinação de elementos visuais remete à denúncia da violência de gênero e, ao mesmo tempo, à exigência de continuidade na luta por direitos. O uso da cor vermelha pode evocar tanto o sangue derramado quanto a urgência da mobilização. A ausência de traços individuais sugere uma estratégia de anonimato deliberado, potencializando a dimensão coletiva da mensagem.



Figura 8 — Manifestante mascarada durante protesto do 8M, em 2024, em Buenos Aires.



Fonte: Nicolas Stulberg, Gustavo Gavotti e Gastón Taylor, Infobae, Buenos Aires, 2024.

Ainda no contexto das mobilizações do 8M de 2024, a Figura 9 registra um grupo de jovens manifestantes diante do Congresso Nacional; uma delas empunha um cartaz com a frase: *"Milei estaría a favor del aborto si se llamara recorte de personal"* ("Milei seria a favor do aborto se isso se chamasse corte de pessoal", tradução nossa). A ironia caracteriza-se como uma crítica direta à lógica de austeridade promovida pelo governo, associando as demissões e corte de contingente de trabalhadores — marca da política econômica ultraliberal — à retórica antiaberto. A presença do pañuelo verde no pescoço de uma das manifestantes, por sua vez, reforça o vínculo com a Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito. O gesto de ocupar o espaço público e a escolha por uma linguagem provocadora ilustram uma estratégia de denúncia a partir do humor político, e a localização em frente ao Congresso reforça a dimensão institucional da disputa, enfatizando a centralidade da arena legislativa no enfrentamento ao retrocesso de direitos.



Figura 9 — Manifestantes durante protesto do 8M, em 2024, em Buenos Aires



Fonte: Sol Avena, LatFem, 2024.

A figura 10 mostra mais manifestantes, dessa vez reunidas em frente ao Congresso Nacional, portando cartazes com diferentes consignas e posicionando panelas vazias no solo — símbolo recorrente de protestos contra a fome e a deterioração das condições de vida. Expressões como *“Defendemos el aborto legal”*, *“Todos nuestros derechos a la calle”*, *“País rico, pueblo pobre”*, *“Abajo el plan de Milei y el FMI”* e *“Las ollas están vacías”* (“as panelas estão vazias”, tradução nossa) ilustram tanto a multiplicidade quanto a confluência de pautas sociais, econômicas e de gênero no interior da manifestação. A diversidade de demandas evidencia o caráter interseccional da mobilização feminista, em que a crítica ao programa econômico do governo se articula à defesa de direitos reprodutivos e não reprodutivos, e a sua capacidade de dialogar com outros setores, como sindicatos. A composição da imagem reforça não só a presença de enquadramentos diversos, como a resistência como resposta não apenas a retrocessos institucionais, mas também à precarização material da vida.



Figura 10 — Manifestantes durante protesto do 8M, em 2024, em Buenos Aires



Fonte: Pedro Pérez, Tiempo Argentino, 2024.

Um ano depois, o 8M continuou com a pauta de enfrentamento a ameaças de retrocessos nos direitos. A Figura 11, registrada em Buenos Aires, mostra uma ampla faixa roxa com os dizeres “*Ni un paso atrás en los derechos conquistados*” nas manifestações do Dia da Mulher em 2025. A composição reforça a vinculação da luta feminista com a defesa de conquistas anteriores, sobretudo a histórica Lei de IVE. O cartaz roxo remete à cor do movimento feminista internacional e seus dizeres atuam tanto como instrumento de comunicação quanto como marcador de posicionamento político, resistência e combate em um contexto de retrocesso neoconservador, com ameaças frequentes e cortes orçamentários.



Figura 11 — Manifestantes com cartaz durante protesto do 8M, em 2025, em Buenos Aires



Fonte: Cristina Sille, Clarín, 2025.

A análise das imagens selecionadas permite compreender como o repertório de mobilizações feministas foi ativado, reiterado e ressignificado em uma série de protestos marcados por ameaças de retrocesso institucional. A consigna “*Ni un paso atrás*”, presente de forma recorrente e articulada a outros elementos — como os pañuelos verdes e brancos, os cartazes com frases irônicas, os dizeres com demandas multissetoriais — opera como uma forma de resistência que mobiliza e ativa memórias políticas, sejam elas mais recentes, como a conquista da lei de IVE, quanto mais antigas, como a resistência à ditadura, tensionando os marcos da institucionalidade democrática que permitem dispositivos para promover retrocessos. Para além de sua simbologia imediata, trata-se de um dispositivo que condensa sentidos diversos: da denúncia à convocatória, da genealogia das lutas feministas à crítica ao autoritarismo contemporâneo. As imagens analisadas revelam uma gramática que constrói pontes entre diferentes momentos históricos e causas e que responde de forma situada a uma conjuntura regressiva, reposicionando o feminismo como ator político central frente ao avanço da agenda neoconservadora.



Considerações finais

Este trabalho propôs analisar a resposta feminista às investidas de Milei e da LLA contra as políticas de acesso ao aborto na Argentina. Para isso, a pesquisa examinou discursos de campanha, ações legislativas e executivas, ampliando o escopo para além do aborto e abrangendo toda a estrutura de desmonte dos direitos já conquistados na agenda de gênero. Com uma retórica de ódio e justificativas orçamentárias, Milei implementou seu plano neoconservador, consolidando-se como uma figura importante no debate sobre o neoconservadorismo. Frequentemente comparado a líderes como Trump e Bolsonaro por seus discursos de ódio, ataques a minorias e a “guerra cultural” contra a “ideologia de gênero”, Milei transformou a Argentina em um laboratório da extrema-direita, utilizando táticas autoritárias.

Em resposta, a mobilização dos movimentos feministas na Argentina foi imediata. Desde as primeiras ações do presidente, a reação feminista, conforme analisamos nesta pesquisa, ancorou-se em um repertório político e simbólico que remonta à herança das *Madres de Plaza de Mayo* e à massividade vista em 2015 e 2016, com o movimento “*Ni Una Menos*”, amplificado em 2018 pela Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito. A continuidade dessa mobilização demonstra a resiliência e a capacidade de articulação do feminismo argentino.

Nossa análise foi guiada pela abordagem do *process tracing*, que foi essencial para compreender o movimento feminista não apenas como um efeito reativo aos retrocessos, mas como um ator importante que visa desarticular as investidas de desmonte da agenda de gênero. Argumentamos com base em dois movimentos analíticos: o mapeamento da resposta feminista às ações governamentais e a análise simbólica de imagens de protestos, evidenciando reações organizadas, visíveis e politicamente significativas que demonstram a capacidade das feministas argentinas de elaborar interpretações situadas, articular solidariedades e incidir no espaço público mesmo em contextos adversos.

A partir dos dados empíricos, o artigo confirma a hipótese de que a garantia da materialização do direito ao aborto ainda é fundamental, apesar de sua conquista



legal. Enquanto a extrema-direita avança no espaço institucional, a história do feminismo argentino aponta para a capacidade de articulação da sociedade civil como sua principal força. Portanto, mesmo com o conservadorismo em ascensão, a manutenção de direitos conquistados, como a lei do aborto, segue como a base das mobilizações feministas, evidenciada pela continuidade de protestos e organização de manifestações (País Andrade et al., 2024).

Referências bibliográficas

- ABREVAYA, Celeste. 2024. "Sin derechos no hay libertad: el ajuste a la salud sexual y (no) reproductiva". *LatFem*. Disponível em: <https://latfem.org/sin-derechos-no-hay-libertad-el-ajuste-a-la-salud-sexual-y-no-reproductiva/>. Acesso em 20 dez.2025
- AGUILERA-LOBO, Juliana. 2025. *Aborto, Feminismo e Política: A Trajetória da Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito Rumo à Despenalização Social na Argentina*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas.
- ALCOBA, Natalie. 2024. "Turning the tide against Argentina's anti-abortion leader". *New Internationalist*, 5 mar. Disponível em: <https://newint.org/health/2024/turning-tide-against-argentinas-anti-abortion-leader>. Acesso em 20 dez.2025
- AMAYA, Sol. 2024. "Paro nacional en Argentina: por qué los sindicatos convocaron una huelga contra Javier Milei". *CNN Español*. Disponível em: <https://cnnespanol.cnn.com/2024/01/24/paro-nacional-general-24-enero-argentina-javier-milei-orix/>. Acesso em 20 dez.2025
- ANISTIA INTERNACIONAL. 2024. "A quatro anos da sanção da Lei, crescem as barreiras ao aborto legal na Argentina". Disponível em: <https://amnistia.org.ar/noticias/practicas-ilegales-falta-de-insumos-y-desinformacion-a-cuatro-anos-de-la-sancion-de-la-ley-crecen-notablemente-las-barreras-en-el-acceso-al-aborto/>. Acesso em 20 dez.2025
- ANZORENA, Claudia C. 2023. "El derecho al aborto legal, seguro y gratuito en Argentina: obstáculos y desafíos de la política en acto a 18 meses de su implementación (2021-2022)". *Salud Colectiva*, Buenos Aires, 19, e4613. Disponível em: <https://doi.org/10.18294/sc.2023.4613>. Acesso em 20 dez.2025



AQUI estamos: fomos uma maré, seremos um tsunami. [S. l.: s. n.], 2024. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1PjLw3UyTMPtYtL3K0cBC8DS-ZAoz9J4C/view>. Acesso em 20 dez.2025

ASSOCIAÇÃO CIVIL PELA IGUALDADE E A JUSTIÇA (ACIJ); EQUIPE LATINO-AMERICANA DE JUSTIÇA E GÉNERO (ELA). 2024. *Un ajuste que agranda la brecha: ¿qué pasa con el presupuesto para las políticas de género?* Buenos Aires: ACIJ : ELA. Disponível em: <https://acij.org.ar/wp-content/uploads/2024/06/Informe-3J-2024--ACIJ-ELA-.pdf>. Acesso em 20 dez.2025

ARGENTINA. 2020. Lei nº 27.610, 30 dez. 2020. Acceso a la Interrupción Voluntaria del Embarazo. *Presidencia de la Nación*, Buenos Aires. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/noticias/ley-no-27610-acceso-la-interrupcion-voluntaria-del-embarazo-ive-obligatoriedad-de-brindar>. Acesso em 20 dez.2025

AVENA, Sol. 2024, 8 mar. “8M 2024: Primera manifestación masiva feminista durante el gobierno de Javier Milei”. [Galeria de fotos]. In: *LatFem*. Buenos Aires. Disponível em: <https://latfem.org/galerias/8m-2024-primera-manifestacion-masiva-feminista-durante-el-gobierno-de-javier-milei/>. Acesso em 20 dez.2025

BELLUCCI, Mabel. *Historia de una desobediencia: aborto y feminismo*. Nova ed. Buenos Aires, Capital Intelectual, 2020.

BENNETT, Andrew; CHECKEL, Jeffrey T. 2015. (Ed.) Process-tracing: from metaphor to analytic tool. Cambridge. Cambridge University Press.

BERDONDINI, Mariana; VINUESA, Lucia. 2024, 30 jun. “La ideología de género y el ascenso de La Libertad Avanza en Argentina. A 100 días de gobierno”. *Letras* (Lima), 95(141), p. 188–203.

BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. 2020. “Introdução: Matrizes do neoconservadorismo religiosos na América Latina”. In: *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. 1. ed. São Paulo, Boitempo, p. 13–40.

BOHOSLAVSKY, Ernesto; BROQUETAS, Magdalena. 2024. “Latin America’s New Right Wings: Shifting Ideologies, Transnational Ties”. *NACLA Report on the Americas*, New York, 56(1), p. 1–4.

BROWN, Josefina Leonor. 2008. “Los derechos (no) reproductivos en Argentina: encrucijadas teóricas y políticas”. *Cadernos Pagu*, 30, p. 269–300.

BURTON, Julia. 2017, set. De la Comisión al Socorro: trazos de militancia feminista por el derecho al aborto en Argentina. *Descentrada*, 1(2), p. e020.



CARIBONI, Diana. Trump's Project 2025 is already happening in Argentina – and it's terrifying. *openDemocracy*, 2024. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/en/trump-project-2025-argentina-milei-far-right/>.

CAGLIERO, Ignacio. 2023. "Ni un paso atrás con los derechos adquiridos". *Página12*. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/689200-ni-un-paso-atras-con-los-derechos-adquiridos>. Acesso em 20 dez.2025

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO AO ABORTO LEGAL, SEGURO E GRATUITO. s.d. Site *institucional*. Disponível em: <http://www.abortolegal.com.ar>.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO AO ABORTO LEGAL, SEGURO E GRATUITO. 2023, 25 nov. [Fotografias]. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=745158577642206&set=pb.100064442119348.-2207520000&type=3>. Acesso em 20 dez.2025

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO AO ABORTO LEGAL, SEGURO E GRATUITO. 2023. [Imagen de Che Alejandra]. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=697810355710362&set=pb.100064442119348.-2207520000&type=3>. Acesso em 20 dez.2025.

CAMPAÑA ABORTO LEGAL (@campabortolegal). Paro Nacional: marchá com la campaña! Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C2NGSTmOfw9/>. Acesso em 20 dez.2025.

CARBAJAL, Mariana. 2024, 16 abr. "Ataques ao aborto legal na Argentina crescem com Milei e ameaçam acesso para brasileiras". *Agência Pública*. Disponível em: <https://apublica.org/2024/04/ataques-ao-aborto-legal-na-argentina-crescem-com-milei-e-ameacam-acesso-para-brasileiras/>. Acesso em 20 dez.2025

CASAREJOS, David. 2025. "8M 2025 ha de servir como impulso: ni un paso atrás". *Diario16Plus*. Disponível em: https://diario16plus.com/opinion/8m-2025-ha-servir-como-impulso-ni-paso-atras_506587_102.html. Acesso em 20 dez.2025.

CAVALLERO, Luci. 2024, 10 mar. "El feminismo está mostrando una enorme inteligencia colectiva". Entrevista concedida a Laura Rosso. *Página12*, Buenos Aires. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/718797-luci-cavallero-el-feminismo-esta-mostrando-una-enorme-inte>. Acesso em 20 dez.2025.

CENTENERA, Mar. 2024, 8 fev. "El partido de Milei presenta en el Congreso un proyecto para penalizar el aborto en Argentina". *El País*. Disponível em: <https://elpais.com/argentina/2024-02-08/milei-presenta-en-el-congreso-un-proyecto-para-derogar-el-aborto-legal-en-argentina.html>. Acesso em 20 dez.2025.

CENTENERA, Mar; LAMBERTUCCI, Constanza. 2023. "El feminismo argentino se moviliza contra Javier Milei". *El País*. Disponível em:



<https://elpais.com/argentina/2023-09-29/el-feminismo-argentino-se-moviliza-contra-javier-milei.html>. Acesso em 20 dez.2025.

CENTRO DE ECONOMÍA POLÍTICA ARGENTINA (CEPA). Ley Argentina en venta: análisis económico de la “Ley Ómnibus” del presidente Milei. Buenos Aires, 3 jan. 2024. Disponível em: <https://centrocepa.com.ar/informes/460-ley-argentina-en-venta-analisis-economico-de-la-ley-omnibus-del-presidente-milei>. Acesso em: 30 dez.2025

CLARÍN. 2022. “Javier Milei dijo que si es presidente va a eliminar el Ministerio de la Mujer: ‘No voy a pedir perdón por tener pene’”. Disponível em: https://www.clarin.com/politica/javier-milei-dijo-presidente-va-eliminar-ministerio-mujer-voy-pedir-perdon-tener-pene-0_wlQYwrJXyw.html. Acesso em 20 dez.2025

CLARÍN. 2024. “En la previa del 8M, Javier Milei apuntó duramente contra la militancia a favor del aborto: ‘Asesinos de pañuelos verdes’”. *Clarín*. Disponível em: https://www.clarin.com/politica/dura-frase-milei-militantes-favor-aborto-asesinos-pañuelos-verdes_0_Tm4qmaZxFb.html. Acesso em 20 dez.2025

CLARÍN. 2025. “Día de la Mujer 2025: a qué hora son las marchas del 8M en Buenos Aires y otras ciudades”. Buenos Aires. Disponível em: https://www.clarin.com/informacion-general/dia-mujer-2025-hora-marchas-8m-buenos-aires-ciudades_0_F4Ey3Yexya.html. Acesso em 20 dez.2025

COHEN, Sandra. 2023. “‘Lei ônibus’ prevê superpoderes para Milei até o fim de seu mandato”. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/blog/sandra-cohen/post/2023/12/28/lei-onibus-preve-superpoderes-para-milei-ate-o-fim-de-seu-mandato.ghtml>. Acesso em 20 dez.2025

CORRÊA, Sonia; PETCHESKY, Rosalind. 1996. “Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista”. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 6(1/2), p. 147-177.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). 2024. *Informe Anual 2024: Informe de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos a la Asamblea General*. Washington, D.C., Organização dos Estados Americanos. Disponível em: https://www.oas.org/es/cidh/docs/anual/2024/IA2024_SPA.pdf. Acesso em 20 dez.2025

CTAA. 2023. “Ni un paso atrás, ni un derecho menos: la CTA movilizó contra la violencia neofascista”. CTAA. Disponível em: <https://ctaa.org.ar/ni-un-paso-atras-ni-un-derecho-menos-la-cta-movilizo-contra-la-violencia-neofascista/>. Acesso em 20 dez.2025

CUNHA, Eleonora Schettini Martins; ARAÚJO, Carmem Emmanuely Leitão. Process Tracing nas Ciências Sociais: fundamentos e aplicabilidade. Brasília: Enap, 2018.



DOMINGUEZ, Soledad. 2025, 10 fev. "Como os movimentos feministas estão sobrevivendo à Argentina de Milei". *Revista AzMina*. Disponível em: <https://azmina.com.br/colunas/como-os-movimentos-feministas-estao-sobrevivendo-a-argentina-de-milei/>. Acesso em 20 dez.2025

EL CRONISTA. 2023, 26 jun. "La dura frase de Javier Milei contra el aborto y los asesinos de pañuelos verdes". *El Cronista*. Disponível em: <https://www.cronista.com/economia-politica/la-dura-frase-de-javier-milei-contra-el-aborto-y-los-asesinos-de-panuelos-verdes/>. Acesso em 20 dez.2025

FERREIRO, Ignacio; MARINA, Rosario. 2024. "Cayó casi un 64% la distribución de preservativos y anticonceptivos durante el gobierno de Javier Milei". *REDAAS*. Disponível em: <https://redaas.org.ar/noticias/redaas-en-los-medios/cayo-un-64-la-distribucion-de-preservativos-y-anticonceptivos-durante-el-gobierno-de-javier-milei/>. Acesso em 20 dez.2025

GAGO, Verónica. *A potência feminista: ou o desejo de transformar tudo*. São Paulo, Editora Elefante, 2020 [2019].

GRANATA, Sebastián. 2023. [Fotografía]. In: CAGLIERO, Ignacio. "Ni un paso atrás con los derechos adquiridos". *Página12*, Buenos Aires. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/689200-ni-un-paso-atras-con-los-derechos-adquiridos>. Acesso em 20 dez.2025

GUTIÉRREZ, María Alicia. 2018. "Feminismos en acción: el debate de la ley de interrupción voluntaria del embarazo". *Sociales en Debate*, 14.

HUMAN RIGHTS WATCH. 2025. *Argentina. World Report 2025*. Nova York: Human Rights Watch. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2025/country-chapters/argentina>. Acesso em 20 dez.2025

INFOBAE. 2024. "Día de la Mujer 2024, en vivo: masiva marcha en el Congreso bajo la consigna 'ni un paso atrás' y con críticas a Milei". *Infobae*. Disponível em: <https://www.infobae.com/sociedad/2024/03/08/dia-de-la-mujer-2024-en-vivo-hora-lugar-y-ultimas-noticias-de-la-marcha-del-8m-en-caba/>. Acesso em 20 dez.2025

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS (IHU). 2023, 21 dez. "Argentina. Milei assinou decreto para eliminar milhares de direitos". *IHU*. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/635487-milei-assinou-um-decreto-para-eliminar-milhares-de-direitos>. Acesso em 20 dez.2025

LUCENA, André. 2023, 21 set. "Argentina: carreira de Milei como deputado tem quase 50% de faltas e nenhum projeto de lei apresentado". *Carta Capital*. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/argentina-carreira-de-milei-como-deputado-tem-quase-50-de-faltas-e-nenhum-projeto-de-lei-apresentado/>. Acesso em 20 dez.2025



LUCENA, André. 2024, 8 fev. "Como aliados de Milei atuam para revogar direito ao aborto na Argentina". *Carta Capital*. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/como-aliados-de-milei-atuam-para-revogar-direito-ao-aborto-na-argentina/>.

MADRES. 2016. Ni um passo atrás! *Revista mensual da Associação Madres de la Plaza de Mayo*. Disponível em: <https://madres.org/nuevo-numero-la-revista-paso-atras/>. Acesso em 20 dez.2025

MARINA, Rosario; BALLARINO, Florencia. 2025, 21 maio. Javier Milei: "El aborto ahora lo estamos pagando con caídas en la tasa de natalidad". *Chequeado*. Disponível em: <https://chequeado.com/ultimas-noticias/javier-milei-el-aborto-ahora-lo-estamos-pagando-con-caidas-en-la-tasa-de-natalidad/>

MASTROPAOLO, Josefina; TEGA, Danielle. 2023. "Legalização do aborto: mais que uma pauta moral". *Margem Esquerda*, 40, p. 25-30.

MERLE, Lúcia. 2023. [Fotografia: Mobilização "Ni un paso atrás"]. *El Diario Ar*. Disponível em: https://www.eldiarioar.com/fotos/ni-un-paso-atras_3_10707558.html#foto5. Acesso em 20 dez.2025

MILLÁN, Camila. 2023, dez. "Un pañuelo verde atado al pie del micrófono. Prácticas musicales en los intersticios entre lo artístico, lo activista y lo militante en las vigilias por el aborto en 2018". *Revista Punto Género*, 20.

MOREIRA, Thatiane; AGUILERA-LOBO, Juliana; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. 2024, 12 set. "Milei aplica manual autoritário e persegue supostos inimigos internos na Argentina". *JOTA*. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/democracia-em-transe/milei-aplica-manual-autoritario-e-persegue-supostos-inimigos-internos-na-argentina>.

MORRESI, Sergio; RAMOS, Hugo. 2023. "Apuntes sobre el desarrollo de la derecha radical en Argentina: el caso de 'La Libertad Avanza'". *Caderno CRH*, 36.

PÁGINA12. 2023, 4 set. "Masivo repudio al acto negacionista de Victoria Villarruel: 'Fueron 30.000'". *Página12*, Buenos Aires. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/584882-masivo-repudio-al-acto-negacionista-de-victoria-villarruel-f>.

PAÍS ANDRADE, M.; ZANI, A.; KAPLAN, Y.; RUSSO SIERRA, G. Desafiando al "feminismo": Voces de La Libertad Avanza en el contexto argentino actual. *Avatares de la Comunicación y la Cultura*, 2024. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11336/251115>. Acesso em: 30 dez.2025



PAIXÃO, Fernanda. 2023. "Feministas argentinas levam lema antifascista à marcha pelo Dia de Ação Global pelo Aborto Legal". [Fotografia de Emiliano Lasalvia]. *Brasil de Fato*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/09/29/feministas-argentinas-levam-lema-antifascista-a-marcha-pelo-dia-de-acao-global-pelo-aborto-legal/>.

PÉREZ, Pedro. 2024, 8 mar. [Fotografia]. In: *Tiempo Argentino*. Buenos Aires. Disponível em: <https://www.tiempoar.com.ar/ta/article/8m-calle-congreso/>. Acesso em: 23 jun.2025.

QUIROGA, Sofia. 2024. "Argentina under Milei: the first 120 days of a government marked by wide-ranging attacks on women's rights". *Equality Now*, 2 maio. Disponível em: https://equalitynow.org/news_and_insights/argentina-under-milei-the-first-120-days-of-a-government-marked-by-wide-ranging-attacks-on-womens-rights/.

RAMÓN MICHEL, Agustina et al. 2024. *Insistir, persistir y no desistir: el panorama del aborto en Argentina*. Buenos Aires, Proyecto Mirar. Disponível em: https://proyectomirar.org.ar/wp-content/uploads/PM_insistir_y_persistir_dic_2024_VF_ok.pdf.

REDACCIÓN ROSÁRIO. 2024, 19 fev. "#19F — Pañuelazo para seguir decidiendo". *Redacción Rosario*. Disponível em: <https://redaccionrosario.com/2024/02/19/panuelazo-para-seguir-decidiendo/>.

REUTERSWÄRD, Camilla; FERNANDEZ ANDERSON, Cora. 2024, 12 mar. "Why Milei won't succeed in repealing Argentina's abortion policy". *The Loop*, European Consortium for Political Research. Disponível em: <https://theloop.ecpr.eu/why-milei-wont-succeed-in-repealing-argentinas-abortion-policy/>.

RIVARA, Lautaro. 2023, 10 dez. "Quem são os libertários argentinos: a influência dos EUA". *Brasil de Fato*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/12/10/quem-sao-os-libertarios-argentinos-a-influencia-dos-eua/>.

REUTERS. 2023, 26 nov. [Fotografia Stringer]. *El País*, Madrid. Disponível em: <https://elpais.com/america/2023-11-26/asi-se-vivio-en-america-el-dia-internacional-para-la-eliminacion-de-la-violencia-contra-las-mujeres-html>.

SÁNCHEZ, Matilde. 2025, 26 jan. "Violencia contra la mujer: el nombre que le dan al femicidio en Davos". *Clarín, Revista Ñ*, 26 jan. Disponível em: https://www.clarin.com/revista-n/violencia-mujer-nombre-dan-femicidio-davos_0_8H5KaLX2Vj.html.

SÁNCHEZ-GARZOLI, Gimena. 2025, 23 jan. "Three Ways that Argentina's Milei is Trump's Doppelganger". *WOLA (Washington Office on Latin America)*. Disponível em:



<https://www.wola.org/analysis/three-ways-that-argentinas-milei-is-trumps-doppelganger/>.

SILLE, Cristina. 2025, 8 mar. “Las mejores fotos del 8 de marzo de 2025, Día Internacional de la Mujer”. [Galería de fotos]. *Clarín*, Buenos Aires. Disponible em: https://www.clarin.com/fotogalerias/mejores-fotos-8-marzo-2025-dia-internacional-mujer_5_OXequge1v9.html.

SNOW, David A.; BENFORD, Robert D. 1988. “Ideology, frame resonance, and participant mobilization”. *International Social Movement Research*, Greenwich: JAI Press, 1, p. 197–217.

SOCORRISTAS EN RED. 2024, 28 abr. “Ni un paso atrás: el aborto está en las aulas”. Disponible em: <https://socorristasenred.org/ni-un-paso-atras-el-aborto-esta-en-las-aulas/>.

SOCORRISTAS EN RED. s.d. “¿Quiénes somos?”. Disponible em: <https://socorristasenred.org/quienes-somos/>.

STULBERG, Nicolas; GAVOTTI, Gustavo; TAYLOR, Gastón. 2024, 9 mar. “61 fotos de la masiva movilización al Congreso por el Día de la Mujer que planteó ‘a la motosierra, resistencia’”. *Infobae*. Seção Fotos. Disponible em: <https://www.infobae.com/fotos/2024/03/09/61-fotos-de-la-masiva-movilizacion-al-congreso-por-el-dia-de-la-mujer-que-planteo-a-la-motsierra-resistencia/>.

TADDEO, Luciana. 2024. “Governo Milei proíbe linguagem neutra em toda a administração pública”. *CNN Brasil*. Disponible em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/governo-milei-proibe-linguagem-neutra-em-toda-a-administracao-publica/>.

TARDUCCI, Mónica. Escenas claves de la lucha por el derecho al aborto en Argentina. Salud Colectiva, Lanús, v. 14, n. 3, p. 425-432, 2018.

WORLD ECONOMIC FORUM. 2025. *Davos 2025: Special Address by Javier Milei, President of Argentina*. World Economic Forum. Disponible em: <https://www.weforum.org/stories/2025/01/davos-2025-special-address-javier-milei-president-argentina/>.

ZILLA, Claudia. 2024. *Javier Milei's ideology and policy: libertarian populism in Argentina*. Berlin: Stiftung Wissenschaft und Politik (SWP), SWP Comments, 37. Disponible em: <https://doi.org/10.18449/2024C37>.